



**XLVIII CONCURSO PARA INGRESSO  
À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**PROVA DISCURSIVA**

**GRUPO TEMÁTICO I**

**CADERNO DE RESPOSTAS**

**1**

**Nome do Candidato:**

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Instruções:**

- Preencha os campos acima com seu nome assinatura
- A prova é composta por 4 questões dissertativas.
- Este caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- Ao término da prova este caderno deverá ser entregue ao fiscal.
- Serão fornecidas folhas para rascunho.
- Não será permitido ao candidato levar consigo este caderno de questões.

## QUESTÃO 1

O Supremo Tribunal Federal, em nosso sistema jurídico, é o guardião-mor da Constituição da República. Nessa senda, tendo em vista o entendimento consagrado pela Corte Suprema Federal acerca da imunidade parlamentar, da nomeação de Procuradores-Gerais dos Estados e dos Municípios e da arguição do descumprimento de preceito fundamental, responda as perguntas abaixo, justificando suas respostas.

- a) A imunidade parlamentar em sentido material, prevista no artigo 53, *caput*, da Constituição Federal, tem incidência absoluta?
- b) A Procuradoria-Geral do Estado, nos moldes do artigo 117 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, será chefiada pelo Procurador-Geral do Estado, cargo provido em comissão pelo Governador do Estado, devendo a escolha recair em membro da carreira. Esta determinação constitucional vincula, também, os Prefeitos Gaúchos, de modo que a escolha dos Procuradores-Gerais dos Municípios tenha que recair em Procurador Municipal de carreira?
- c) O Tribunal de Justiça do Estado, em sede de controle concentrado, declarou a inconstitucionalidade de lei municipal, que criou fundo municipal de desenvolvimento a ele vinculando receita oriunda de impostos, por afronta ao artigo 167, inciso IV, da Constituição Federal e ao artigo 154, inciso IV, da Constituição Estadual. Neste caso, caberia, também, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental perante o Supremo Tribunal Federal?

## QUESTÃO 2

O Ministério Público Estadual, após constatada a existência de edificações de veraneio para prática de esportes náuticos e pescaria em área de preservação permanente, com supressão integral da vegetação nativa, em clara afronta à legislação ambiental, ingressou com ação civil pública, ainda sob a égide do antigo Código Florestal, objetivando a condenação do demandado a desocupar, demolir e remover todas as construções, cercas e demais intervenções realizadas, bem como a reflorestar toda a área degradada. Neste contexto, responda as perguntas abaixo, fundamentando sua resposta e tendo em vista a jurisprudência das Cortes Superiores .

- a) Os argumentos do demandado de que havia obtido prévio licenciamento ambiental do órgão competente e de que a situação posta já estava consolidada são idôneos para afastar a pretensão ministerial?
- b) O demandado sustentou, também, que os danos apontados pelo Ministério Público foram causados pelo proprietário anterior, de quem ele adquiriu o imóvel de boa-fé, não lhe podendo ser imputado o dever de repará-los. Tal argumento procede?
- c) Por fim, o demandado sustentou que a cessação e a reparação dos danos ambientais verificados não poderiam mais ser exigidas dado o tempo decorrido desde sua efetivação, o que afrontaria os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Essa alegação procede?

### QUESTÃO 3

Em um município, o Prefeito Municipal, desejando criar um Distrito Industrial, determinou a servidor público de sua confiança que tomasse as providências necessárias para a sua instituição, tendo em vista a existência de autorização legislativa da Câmara Municipal para esse fim. Esse servidor deveria buscar a área mais adequada para a instalação e instruir o Prefeito acerca das providências a serem tomadas para que o Distrito Industrial fosse implantado. Sabendo dessa determinação, um proprietário de terras da região informou ao servidor que tinha uma propriedade localizada em área plenamente adequada para a implantação do Distrito Industrial, oferecendo-a para venda. Ofereceu também ao servidor e ao Prefeito um percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da venda para cada um, caso o negócio se realizasse. O Prefeito, ao saber disso, determinou a compra direta da área, com dispensa de licitação e sem avaliação. As tratativas foram gravadas em interceptação telefônica feita com autorização judicial, já que o Prefeito vinha sendo investigado em operação policial. Considerando a situação fática acima descrita,

- a) discorra sobre as medidas que deveriam ser sugeridas pelo servidor para que uma área particular em que se pretenda instalar um Distrito Industrial passe a ser patrimônio público;
- b) discorra sobre os requisitos para que a expansão da ação governamental que acarreta aumento de despesa seja realizada; e.
- c) discorra sobre as medidas que poderiam ser determinadas pelo Promotor de Justiça da comarca em que o município se insere para a apuração da responsabilidade administrativa e civil em face dos atos praticados pelo Prefeito, pelo servidor e pelo proprietário da área adquirida para a instalação do Distrito Industrial.

### QUESTÃO 4

Servidor público civil inativo, na condição de agente administrativo, ingressou com ação contra determinado município buscando o reconhecimento dos seguintes direitos: a) pagamento de auxílio-alimentação que foi reconhecido aos agentes administrativos ativos; b) indenização decorrente de danos patrimoniais e morais sofridos por conta de pena administrativa de suspensão que lhe foi aplicada sem que tivesse sido acompanhado de advogado constituído no processo administrativo disciplinar; c) percepção dos proventos da inatividade em conjunto com os vencimentos do cargo de contador em que foi investido por conta de concurso público de provas e títulos.

Com base nos fundamentos jurídicos, discorra sobre os pedidos formulados na ação.

## ESPELHOS DE RESPOSTAS DAS QUESTÕES DAS PROVAS DISCURSIVAS

### GRUPO TEMÁTICO I - QUESTÃO 01

a) Não. O STF vinha entendendo que *a imunidade parlamentar material incide de forma absoluta quanto às declarações proferidas no recinto do Parlamento e os atos praticados em local distinto escapam à proteção absoluta da imunidade somente quando não guardarem pertinência com o desempenho das funções do mandato parlamentar*. A Corte entendia, ainda, que, *embora indesejáveis, as ofensas pessoais proferidas no âmbito da discussão política, respeitados os limites trazidos pela própria Constituição, não são passíveis de reprimenda judicial. Imunidade vista como proteção adicional à liberdade de expressão, visando a assegurar a fluência do debate público e, em última análise, a própria democracia*. Nada obstante, o STF tem flexibilizado esse entendimento em julgados recentes, afastando a imunidade, mesmo quanto a declarações proferidos no recinto Legislativo, quando extrapolam o exercício do mandato e violam direitos constitucionais igualmente relevantes.

Importante salientar, ainda, o que se compreende como exercício do mandato, tendo o STF entendido que *a interpretação da locução no exercício do mandato deve prestigiar as diferentes vertentes da atuação parlamentar, dentre as quais se destaca a fiscalização dos outros Poderes e o debate político*. **(3,0 pontos)**

b) Não, visto que os municípios são dotados de autonomia e não há determinação nas Constituições Federal e Estadual que os vincule a essa forma de escolha, tendo o STF assentado, em julgado recente, ser firme a jurisprudência da Corte no sentido de que *não cabe à Constituição Estadual restringir o poder de autoorganização dos Municípios de modo a agravar os parâmetros limitadores previstos na Constituição Federal*. **(2,5 pontos)**

c) A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, consoante estabelecido na lei regulamentadora e assentado pelo STF, só tem cabimento quando não existir, para a hipótese *in concreto*, qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

No caso em testilha, sem se adentrar na discussão da natureza, ou não, de preceito fundamental da norma questionada - apreciação que incumbe ao STF -, sendo viável o acionamento de ação direta de inconstitucionalidade em âmbito estadual para adequar a legislação ao texto constitucional, inviável a propositura de ADPF, em observância ao princípio da subsidiariedade. **(2,5 pontos)**.

### GRUPO TEMÁTICO I - QUESTÃO 02

a) Não. Conquanto não se possa conferir ao direito fundamental ao meio ambiente equilibrado o caráter de direito absoluto, não há dúvida de que ele se insere entre os direitos indisponíveis, impondo-se recordar a imprescritibilidade de sua reparação e sua inalienabilidade, já que se trata de bem de uso comum do povo, na esteira do que prevê o artigo 225 da Constituição Federal.

Exatamente por isso, e em decorrência da relevância de sua proteção, o STF e o STJ firmaram entendimento de que, em tema de Direito Ambiental, não tem incidência a teoria do fato consumado, tampouco se pode admitir a existência de direito adquirido à poluição ou à degradação ambiental.

Além disso, importante ressaltar que, no caso em testilha, não se trata de ocupação de baixo impacto ambiental (ocorreu a supressão integral da vegetação nativa) ou por utilidade pública ou interesse social, mas, sim, de edificações destinadas a casa de veraneio, construídas, exclusivamente, para fins de lazer, não se inserindo nas hipóteses do artigo 4º da Lei Federal n.º 4.771/1965 ou, mesmo, do artigo 8º do novo Código Florestal (Lei Federal n.º 12.651/2012), o que evidencia que eventual licenciamento concedido teria se dado ao arrepio da legislação ambiental, maculando o ato administrativo expedido.

Logo, o argumento aventado não é admissível para o fim colimado pelo demandado.  
**(3,0 pontos)**

**b)** Não. A responsabilidade civil pela reparação dos danos ambientais, sob o influxo da teoria do risco integral, tem natureza objetiva, aderindo à propriedade do imóvel, como obrigação *propter rem*, podendo ser exigida do atual proprietário da área mesmo quando os danos tenham sido causados pelos proprietários anteriores, independentemente de perquirição sobre má fé ou culpa. **(2,5 pontos)**

**c)** Não. O dano ambiental, consoante já assentado pelo STJ, tem caráter continuado, razão pela qual é imprescritível a pretensão à sua cessação e reparação, entendimento que não macula os princípios da razoabilidade ou proporcionalidade, mas, ao contrário, dá efetiva proteção a direito constitucionalmente assegurado. **(2,5 pontos)**.

### **GRUPO TEMÁTICO I - QUESTÃO 03**

**a)** O candidato deve demonstrar que o patrimônio privado pode ser extinto com a constituição da propriedade pública mediante desapropriação, neste caso por utilidade pública, nos termos do Decreto-lei nº 3365/41, que possui no art. 5º causa específica relacionada à implantação de Distrito Industrial. Deve referir que os §§ 1º e 2º trazem disposições a respeito da instalação de distritos industriais, inclusive a aprovação do projeto de implantação. O procedimento passa pela declaração de utilidade pública para fins de desapropriação (fase declaratória) e pela execução (fase executória), que pode ser amigável, por escritura pública, ou judicial, mediante a ação de desapropriação específica.

A resposta deve mencionar também a possibilidade de compra com licitação ou com dispensa de licitação com base no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93. **(3,0 pontos)**

**b)** O candidato deve referir e comentar o art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que a despesa será realizada e nos dois subsequentes e declaração do ordenador da despesa de que a despesa é compatível com a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual. Deve referir que o § 4º do art. 16 traz esses requisitos como exigência diretamente relacionada à desapropriação de imóveis urbanos. **(2,5 pontos)**

**c)** O candidato deve mencionar que o Promotor de Justiça poderá determinar a instauração de Inquérito Civil para apurar os fatos e valer-se da Ação Civil Pública da Lei de Improbidade Administrativa, com o fito de ver aplicadas sanções administrativas e civis ao Prefeito, ao servidor e ao proprietário da área de terra, que são possíveis autores de atos de improbidade administrativa, nos termos dos arts. 2º e 3º daquela Lei. Deve ser referida a

possibilidade de uso de medida cautelar de indisponibilidade de bens e o afastamento preventivo do servidor (arts. 7º e 20 da Lei 8429/92) **(2,5 pontos)**.

**GRUPO TEMÁTICO I - QUESTÃO 04**

**a)** O candidato deverá mencionar a impossibilidade de que seja atribuído auxílio-alimentação a servidor inativo, tendo em vista a expressa vedação constante na Súmula Vinculante nº 55 do STF, o que já constava na Súmula 680 do mesmo Tribunal. Deve haver referência ao caráter indenizatório da vantagem e ao fato de que ela se fundamenta na necessidade de alimentação fora do domicílio por força do trabalho, o que não alcança os inativos. **(2,5 pontos)**

**b)** A resposta deverá necessariamente referir que a presença de advogado em processo administrativo disciplinar não é obrigatória, a teor do que determina a Súmula Vinculante nº 5, do STF.

Adicionalmente, fazer referência aos requisitos para a responsabilização civil da Administração Pública, com especial destaque ao nexo de causalidade entre o dano sofrido e a ação ou omissão do Poder Público, neste caso ausente. **(3,0 pontos)**

**c)** O candidato deve considerar a proibição de cumulação de proventos com a remuneração de cargo de provimento efetivo, constante no art. 40, § 10º, da Constituição da República Federativa do Brasil. Como a questão não indica o momento da inativação e do ingresso no serviço público, deve fazer referência ao art. 11 da Emenda Constitucional nº 20, que traz regra de transição. **(2,5 pontos)**.